

QUEM LIA NO BRASIL COLONIAL?

Márcia Abreu ¹

Resumo: Os leitores, que viviam no Brasil entre meados do século XVIII e início do XIX, deixaram poucas pistas não só de suas práticas de leitura, sempre dificilmente rastreáveis, mas de sua própria existência física. É possível inferir que eles tenham existido quando se sabe que livros eram importados com regularidade e em quantidades relativamente grandes, mas esses leitores não se deixam surpreender facilmente. Na tentativa de identificá-los, busquei os inventários *post-mortem* de moradores do Rio de Janeiro em data anterior à independência, conservados pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Poucos apresentaram livros entre os bens inventariados. Esse trabalho discute as possíveis razões que levaram à não conservação dos impressos.

Palavras chave: Leitura, literatura, período colonial.

A maior parte das pessoas responderia à pergunta que serve de título a esse trabalho – quem lia no Brasil colonial – dizendo: *ninguém!* Outros, mais cautelosos, pensariam: *muito poucos já que vivíamos em uma sociedade escravocrata, na qual era pouco difundida a alfabetização*. Embora seja idéia corrente a inexistência ou a pouca expressividade da leitura no país, pesquisas realizadas por mim, nos últimos anos, têm revelado um quadro um tanto distinto¹. Analisando documentos produzidos pela censura portuguesa no intuito de controlar a entrada e a circulação de livros no Brasil¹ foi possível perceber a entrada constante de numerosas obras remetidas da Europa¹. Considerando apenas os livros de Belas Letras presentes no Rio de Janeiro – cidade na qual concentra-se minha investigação – percebe-se um nítido interesse por romances, por obras didáticas, por livros infantis e por autores clássicos franceses¹. Muitos eram os caminhos, efetivamente trilhados pelos cariocas, que levavam livros às suas mãos¹. Difícil é saber que mãos eram essas.

Os leitores cariocas deixaram poucas pistas – não só de suas práticas de leitura, sempre dificilmente rastreáveis, mas de sua própria existência física. É possível inferir que eles tenham existido quando se sabe que livros chegavam em quantidades relativamente grandes à cidade, mas esses leitores não se deixam surpreender facilmente. Aqueles que solicitaram autorização

para entrar no Brasil com “livros de seu uzo” pouco diziam de si, além de indicar seus nomes e, em alguns casos, sua ocupação.

Na tentativa de localizar os leitores dos livros que aqui chegavam regularmente, busquei os inventários *post-mortem* de moradores do Rio de Janeiro em data anterior à independência, conservados pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. O recurso aos inventários – prática comum em pesquisas sobre livro e leitura¹ – justifica-se mais por ser esta uma das poucas vias trilháveis na busca ao leitor do passado do que pela abrangência do material. Os documentos registram as posses de um conjunto limitado de pessoas – aquelas que possuíam bens a ser repartidos e que morreram sem deixar testamento. Impossível, portanto, generalizar os tipos e as quantidades de livros aí encontrados para faixas mais largas da população. Guardadas estas restrições, a documentação traz informações bastante detalhadas sobre a vida material de um conjunto de pessoas, já que cabia ao inventariante fazer arrolar todas as posses deixadas pelo falecido. Frequentemente, os bens subdividiam-se em terras, “árvores” (em que se listavam as quantidades de pés de café, de banana, de laranja etc.), “bestas”, casas, “trastes de madeira” (em geral móveis), escravos, roupas, louça e vidro, “imagens” (de santos), relógios, objetos em latão, cobre, prata e ouro. Acrescentavam-se, conforme o caso, bens relacionados à profissão do finado, como “instrumentos de cirurgia”, no inventário do Cirurgião mor Francisco Manoel Ferrão¹. Um ou outro possuía dinheiro em casa, ou depositado em banco – após 1808.

Para avaliar cada um destes itens era chamado um profissional que apresentava os bens e estipulava seu preço. Por exemplo, na avaliação das casas e móveis de Antonio Pereira Ferreira foram chamados “Lourenço da Rocha, Manoel Ignacio de Faria, Francisco da Rocha Mendes, Custódio Pinto de Oliveira, Mestres Pedreiros e Carpinteiros, avaliadores do Concelho para predios”¹. Em alguns casos, um único avaliador apreciava todos os itens e preparava seu parecer:

“Autto de Avaliaçoens

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e oitocentos, aos vinte e dois dias do Mez de Abril do dito anno nos avalliaadores Francisco Roiz Lima e Antonio Pinto da Silva da Freguezia de S. João Baptista de Carahy em observancia do despacho do Meretissimo D^{or}. Juis de Orphãos no requerimento junto de Anna Joaquina Alz’, Viuva do falecido Mathias Alz’ da Silva fomos aparagem onde existe o sitio e terras mencionados no requerimento e sendo lá nos apresentou e deo a ver a Suplicada para avalliamos os benz abaixo declarados, os quais sendo

por nos bem vistos e examinados os avalliamos pelo estado e merecimento delles conforme o nosso dever, e entender”¹

Neste caso, a dificuldade em conseguir um especialista para avaliação de cada tipo de posse parece residir no fato de que as terras deixadas pelo finado, e onde morava a viúva, eram distantes do Rio de Janeiro, sendo mais prático deixar que um dos “Avaliadores do Concelho”, “nomeados p^{la}. Comarca” efetuasse o conjunto das avaliações. Assim, Francisco Roiz Lima e Antonio Pinto da Silva encarregaram-se de avaliar o que lhes “deo a ver” a viúva. Além das terras, casa, jóias, escravos, Anna Joaquina apresentou também livros. Mas os avaliadores não parecem ter se interessado muito pois anotaram apenas a existência de “Secenta libros de varias materias e latinos do uzo de Seus f^{os} vinte e Sinco mil reis”. Talvez por não serem especializados no trato com livros, não se aventuraram a avaliar cada uma das sessenta obras. Na maior parte dos casos, entretanto, um especialista encarregava-se de preparar uma lista de livros, atribuindo valor a cada um dos itens. Os encarregados da avaliação dos livros – referidas como “Livreiros” em alguns dos inventários – trazem ainda mais complicação para o mundo dos negociantes de livros, pois boa parte delas não consta como livreiro seja nos estudos sobre este comércio, na documentação elaborada por órgãos de censura, ou nos pedidos de autorização para circulação de livros entre Portugal e Brasil. São pessoas como Veríssimo Fernandes de Paiva¹, Manoel Francisco Gomes¹, Joze de Farias Magalhaens¹, profissionais do livro atuantes do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XVIII, período no qual se costuma dizer que não havia livreiros na cidade, à exceção, nos últimos anos do século, de Paulo Martins e João Baptista Bourgeois.

Especializados ou não no trato com os bens que deveriam inventariar, os avaliadores preocupavam-se em tudo registrar, descendo a minúcias como anotar e estipular preço para “sinco ourinois”¹, ou para “dois tamboretas”¹. Deste modo, quando não há livros mencionados entre os bens pode-se acreditar que o finado não os possuía ao falecer – o que não quer dizer que ele nunca tivesse lido um livro ou que nunca os tivesse comprado. Da mesma forma, quando há livros entre as propriedades, não se pode supor que o falecido ou pessoas de sua família os tivessem lido – os impressos conservados podem ter sido recebidos como herança ou como presente sem terem sido jamais folheados; podem também ter sido comprados, mas não lidos. Como é óbvio, não possuímos todos os livros que lemos assim como não lemos todos os que possuímos.

Mesmo não sendo necessário ser proprietário de livro para ser leitor, espanta a baixa quantidade de inventários em que se incluem livros entre as posses, tendo em vista a quantidade de publicações aportadas no Rio de Janeiro e registradas pelos órgãos de censura. Luiz Carlos Villalta calculou que apenas 14,75% dos inventariados falecidos no Rio de Janeiro entre 1751 e 1822 eram proprietários de livros, cifra que difere pouco das encontradas em Diamantina (20%) e Mariana. (8,34%).¹ Analisando as bibliotecas desta última localidade, conclui que seus proprietários eram fundamentalmente sacerdotes, boticários, cirurgiões, advogados e comerciantes, conservando livros relacionados às suas carreiras – em menor grau, possuíam também obras devocionais, de medicina, história ou belas letras – em suas pequenas bibliotecas. Autos de devassa também mostram que as coleções eram restritas: um intelectual como Mariano José Pereira da Fonseca, membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, possuía 96 volumes¹ (o que pode significar uma quantidade de títulos bastante menor¹). A biblioteca do poeta Cláudio Manoel da Costa era composta por 383 volumes, dos quais a maior parte versava sobre Direito, contando, no que tange às Belas Letras, apenas com obras de Camões, Quevedo e Calderón de la Barca.¹

Este quadro repete-se nos inventários referentes ao Rio de Janeiro¹, nos quais aparecem pequenas bibliotecas compostas fundamentalmente por livros relativos à ocupação de seu proprietário – ou seja, advogados têm obras de direito; cirurgiões, obras de medicina; navegadores, obras de náutica. Fala por si a necessidade e praticidade de se possuir publicações da área em que se atua, nas quais se pode ter estudado ou que se podem consultar ao longo da vida profissional. A importância dos livros para o desempenho profissional transparece no caso de Theodoro José de Sá, “Capitão de Embarcação”. Falecido em Cabinda, durante uma viagem, carregava consigo material de leitura (“Arte de navegar”, “8 Folhetos de Direito Mercantil” e “Piloto Africano”) junto de “huns instrumentos Nauticos” (“1 oitante piqueno, 1 D^o. maior, 1 Taboas requezetos Inglezas, 1 Estojo de Mathematico ordinario, 2 Ampulhetas, 1 Escalla de 2 pés, 1 Agulha de Marcar”). Nos bens que possuía em terra mais nenhum livro foi encontrado.

As anotações dos avaliadores parecem indicar que a consulta freqüente aos livros era uma prática comum, pois em muitos casos anotam que os livros tinham “mais de meio uzo”, estão “velhos, erotos”, “desmantelado, evelho”, “m^{to}. mau”, “com algu dano”, “com bas^{te}. uzo”. Se o desgaste de um livro pode se dever ao fato de estar “destruido dobixo” ou “picado dobixo”, estes comentários, feitos por Manoel Francisco Gomes, podem indicar também que o inventariado, Dr

Manoel Antunes Suzano, recorria constantemente aos seus livros – talvez até para fazer anotações, já que sua biblioteca continha também “dous tomos de apontam^{tos}. de mão escritos aord. Folio”. Revelam, ainda, um avaliador cuidadoso, detalhista a ponto de anotar que a obra de Gratiano contida na biblioteca era uma “idisam velha deq. ja se não uzam aodepois da idisaõ de Boemero”.¹

A estreita relação entre o temário dos livros e a profissão de seus proprietários às vezes transparece em atos-falhos dos avaliadores, como ocorreu com Joze de Farias de Magalhaens que, ao avaliar a biblioteca do Cirurgião Mor Joaquim José da Silva, confundiu-se e anotou “Hum Medico digo Methodo de Restituir avida em sesenta reis”.¹

Muitos dividiam suas estantes entre os livros profissionais e os religiosos, como o Capitão-Mor José dos Santos que, aparentemente, se interessava não apenas por obras como “Arte de navegar” ou “tratado Completo da navegação” mas também por “Conducta de Confessor”, “Novo Testamento”, “Istoria Evangelica” e “Istoria Sagrada”. Estes dois últimos não estavam completos e sim “troncados”, o que pode significar que tenham sido compulsados a ponto de destruir parte dos volumes, ou talvez tenham sido emprestados, jamais retornando à biblioteca do navegador.

Embora a presença do que hoje chamaríamos de livros técnicos seja predominante, havia quem não possuísse sequer um impresso relativo a sua profissão, mas guardasse livros religiosos e de humanidades, como fez o Tenente coronel João da Costa Pinheiro que mantinha em sua casa oito livros, dos quais cinco tratavam de religião – “Bíblia do Padre Antonio Pereira”, “Hum dito devoçens de Santa Barbara”, “Hum dt Novena de Saõ Joaõ Baptista”, “Hum dito Officio da Semana Santa”, “Hum dito Oras Mariannas” –, um de história – “Estoria do Reino de Portugal” – e um de gramática – “gramatica franceza”.¹

Apesar de não figurar nas bibliotecas de forma tão expressiva quanto os livros profissionais e os religiosos, as gramáticas e dicionários não fazem má figura, estando presentes em parte significativa dos acervos. Em alguns deles, ocupavam até mesmo lugar de destaque, como na do “negociante de grosso trato” Manoel de Souza Ribeiro Guimarães. Ele não parecia interessado em conservar obras sobre comércio ou sobre legislação, como seus colegas, mas tinha uma pequena biblioteca com 20 livros, entre os quais 4 dicionários e uma gramática, possuindo, além destes, um livro didático – *Prosódia* de Bento Pereira. Embora não fosse de uso exclusivamente escolar, chama a atenção a presença das *Aventuras de Telêmaco* junto deste

material, especialmente pois ele as possuía em francês e inglês. Talvez estes livros não fossem seus e muito menos de sua esposa, Maria Leonor de Souza, que não assina os documentos “por não saber a dita Viuva escrever”, sendo sempre necessário que alguém assine “a rogo”. É possível supor que estes livros, ou parte deles, fossem de seus filhos, os quais, por ocasião de sua morte, tinham onze e treze anos e viviam na Europa. Ou talvez quem os apreciasse fosse sua filha maior de idade, Ritta Maria de Souza Ferreira – ao menos assim deve ter imaginado o Juiz de Órfãos que determinou que ela ficasse com parte dos escravos, notas do Banco e com todos os livros. Apreciando-os ou não, ela herdou algumas das publicações mais procuradas no Rio de Janeiro: *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon; *Obras de Boileau*; as de Bocage; *Viajante Universal* de Joseph de Laporte, compondo, junto com o menos freqüente *Os Mártires*, de Chateaubriand, uma bela coleção.

Poucos possuíam um tal conjunto de livros de Belas Letras entre os inventariados. A biblioteca de Manoel de Souza Ribeiro Guimarães é superada apenas pela de Antonio Martins Bandeira, proprietário de um dos maiores conjuntos de livros, como revela a avaliação preparada por Francisco Antonio da Silva, “Livreiro do Conselho da Real Fazenda e avaliador de Livros etcetera”¹. Com 72 obras, das quais 29 de Belas Letras, a biblioteca de Antonio Martins Bandeira era aquela em que se concentrava maior quantidade de livros de poesia e ficção, possuindo as apreciadas *Obras de Camões*; as *Viagens de Anacharsis*, de Barthélemy; as *Mil e uma noites*; o *Feliz Independente*, do P^e. Teodoro de Almeida; as *Noites*, de Young; *Lusíadas*, de Camões; *Henriada*, de Voltaire, *Arte Poética*, de Horácio.

Sua profissão não é mencionada no inventário nem pode ser deduzida por meio dos livros que conservava, pois, ao lado dos beletrísticos, tinha “Diccionario de Comercio de Peculot”, “Principios de Direito Mercantil”, “Arte de Navegar”, “Compendio de Mathematica” e “Taboas Portativas de Logaritimos”, “Historia do Brasil por Beau Champs”, “Observações Botânico Medicas” – o que poderia levar a supor que ele fosse negociante, navegador, engenheiro, professor, historiador, médico ou simplesmente um diletante curioso.

Embora nesta biblioteca esteja o maior conjunto de obras de Belas Letras, aí não estão muitos dos livros mais freqüentemente enviados para o Rio de Janeiro. Se há *best-sellers* em sua coleção, não se encontra nela a mais solicitada das obras – *Aventuras de Telêmaco* – assim como não há indicação de livros como *Histoire de Gil Blas de Santillane* ou como as *Obras de Bocage*, presentes entre os mais remetidos para o Rio de Janeiro por 30 anos. Que uma única biblioteca

contivesse todos os livros mais comuns, seria talvez esperar demais, entretanto, é curioso que em nenhuma delas se encontrem sucessos editoriais como *Marília de Dirceu*, *D. Quixote* ou *História do Imperador Carlos Magno*. Não apenas estão ausentes estes títulos como também é praticamente inexistente o gênero romanesco nas estantes inventariadas, sobretudo se se pensa no romance moderno. Mais uma vez, é exceção Antonio Martins Bandeira que possuía, além dos já mencionados, *La paysanne pervertie*, de Restif de la Bretonne.

O contraste entre a abundante circulação dos romances e sua escassez em bibliotecas particulares foi flagrado também em pesquisa realizada por Maria Beatriz Nizza da Silva¹ que, por um lado, verificava a vasta publicidade deste gênero em jornais cariocas enquanto, por outro, não o localizava em acervos como, por exemplo, o do conde da Barca, cuja enorme biblioteca contava apenas com 18 romances, muito embora seu interesse pelas Belas Letras pudesse ser atestado pela presença de 303 obras poéticas. Ela pergunta-se:

“O grande problema é o de saber que faixa social consumia estes contos e novelas, tão repetidamente anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Que havia em circulação número assaz elevado destas produções (...) e que havia um gosto, talvez inconfessado, por elas, é fato que não merece dúvida.”¹

As bibliotecas arroladas nos inventários não ajudam a responder esta questão. Pelo contrário, trazem novas indagações. Elas mostram uma dispersão de títulos ainda maior do que percebida nos pedidos de autorização para entrada de livros no Rio de Janeiro, embora indiquem um conjunto infinitamente menos variado de obras assim como um interesse pelas Belas Letras bastante menor do que aquele registrado pelas pessoas que se dirigiram à censura lisboeta e carioca. Tomando como referência apenas os inventários é difícil imaginar onde foram parar os livros importados da Europa assim como aqueles publicados pela Imprensa Régia – à exceção de Antonio Martins Bandeira, que possuía as “Preleções Phylosoficas infol hum volume”, de Silvestre Pinheiro Ferreira, publicadas pela Imprensa Régia a partir de 1813, ninguém mais parece ter conservado as obras beletrísticas saídas dos prelos cariocas. Serve de consolo saber que perder o rastro dos livros é coisa que não acontece apenas no Brasil. Roger Chartier, analisando inventários franceses, verifica que há maior quantidade de proprietários de livros no oeste francês (33,7%) do que na capital (22,6%) na década de 1750 – o que contraria as expectativas de

aumento de circulação dos impressos com a expansão da urbanização. Intrigado, imagina explicações para esta diferença, sem sequer considerar a possibilidade de que os parisienses lessem efetivamente menos:

“Comment expliquer que moins du quart des Parisiens soient possesseurs de livres au moment même où plus du tiers des habitans des villes normandes, bretonnes et ligériennes le sont? Est-ce là la trace d’une pratique notariale plus négligente, ignorant les livres les moins huppés, de dévotion ou d’utilité, du fait même de leur abondance sans valeur? Faut-il incriminer les habitudes désinvoltes d’une population plus familière du livre et qui donc ne prête guère attention à sa conservation ou à son rangement? Ou bien doit-on conclure que pour la masse des Parisiens la culture de l’imprimé n’est point celle du livre possédé, mais celle du canard ou du libelle vite jeté, du placard et de l’affiche déchiffrés dans la rue, du porté sur soi? On le voit, le faible pourcentage des propriétaires de livres ne doit pas faire hâtivement conclure au retard parisien.”¹

No caso brasileiro, talvez estes livros estejam escondidos detrás de rubricas pouco claras, como a que fez o livreiro avaliador da coleção de Bandeira ao anotar a presença de “Setenta volumes truncados, earruinados de diversos tamanhos mil equatro centos reis” ou como a que fizeram os avaliadores dos bens do Conselheiro José Joaquim Pereira Leite, indicando apenas que ele possuía “Treze livros de difer^{tes}. autores m^{to}. uza^{dos}. e antigos”.¹

Se os inventários não esclarecem quem era o leitor dos livros de maior circulação, eles trazem pistas que podem conduzir a novas hipóteses de trabalho. Uma primeira possibilidade, nunca negligenciável em países tropicais, é que os livros tenham desaparecido pela ação da fauna bibliófila – os já mencionados “bixos” que “picavam” os volumes. Seja porque foram “infallivelmente devorados pela traça”, seja por terem sido muito usados, o fato é que os livros deterioravam – principalmente os mais manuseados. Assim, os livros de maior circulação poderiam ter desaparecido das estantes justamente por serem os mais apreciados.

É possível pensar também que as pessoas guardavam os impressos que sabiam que iriam utilizar muitas vezes, como os livros profissionais, e desfaziam-se – emprestando, doando, vendendo – daqueles aos quais não tencionavam retornar. Neste caso seria necessário saber se a leitura das Belas Letras, e em especial a leitura dos romances, era intensiva ou não, ou seja, se as pessoas buscavam conhecer uma determinada história, perdendo o interesse na leitura depois de

desvendado o enredo, ou se voltavam ao texto para meditar sobre ele, compará-lo com outros, buscar soluções para problemas de suas vidas. A utilidade dos livros técnicos talvez explique porque o Dr. Manoel Antunes Suzano guardou os 6 volumes de “Corpo do dir^{to}. Civil em folio, velhos e alguns espedasados” e os transmitiu em herança para seu filho advogado¹. Mas também é possível que ele os tenha conservado devido a seu preço: 7\$200 réis¹. Os livros profissionais, muitas vezes, tinham custo elevado, com preços acima de 1\$000, não devido a uma valorização pecuniária de seus conteúdos, mas em função do formato em que eram impressos: obras científicas destinavam-se aos *in-fólios*, enquanto a maior parte das obras de Belas Letras era publicada *in octavo*. Assim, um livro como “Pharmacopeia Lucitana, folio hum tomo” era avaliado em 1\$280, em 1798, enquanto no mesmo ano o “Tesouro de Meninas segundo tomo oitavo, hum tomo” era estimado em \$240. Ambos faziam parte da biblioteca do boticário Antonio Pereira Ferreira ¹. Não é difícil imaginar de qual deles ele se desfaria com maior facilidade – até mesmo pois ele já não possuía o primeiro tomo do *Tesouro de Meninas*.

Ainda que guardadas as diferenças de valor em função dos formatos e tipos de encadernação, os impressos, ao contrário do que se imagina, eram coisa barata. Dentre os bens avaliados nos inventários, o livro era o que possuía valor unitário dos mais baixos, podendo chegar a ser considerado “sem serventia” pelos avaliadores. Obras como “Vida de Dom Nuno Alvares Pereira”, “Predestinado Peregrino”, “Hum livro de Sermoens”, “Catecismo de Monte Pelier” foram consideradas “sem valor”, ao passo que “duas escadas quebradas” eram estimadas em \$200¹. Observando outros bens inventariados só foi possível localizar uma outra mercadoria sem valor além dos livros: “hum par de botas rotas sem valor”.¹

Comparando-se as bibliotecas aos outros bens, fica mais nítido o peso dos livros no conjunto das posses. A coleção do boticário Antonio Pereira Ferreira, por exemplo, foi avaliada em 19\$160, enquanto o valor total de suas roupas foi estimado em 115\$200. Ele havia empregado seis vezes mais dinheiro em roupa do que em livros e, mesmo assim, o guarda-roupa de sua família não deveria ser muito sortido, considerando que um único “vestido de pano cor de sereja” valia 2\$560 réis. Não se trata de custo excessivo das vestimentas, já que “huma bacia grande de banhos” foi avaliada em 5\$880; “doze chicras com pires esmaltadas”, em 3\$840; “tres laminas grandes molduradas”, em 4\$800. Comparados com o preço total do valor de suas casas (568\$000), móveis (62\$300), escravos (1835\$800), louças e vidros (153\$560), peças de ouro (944\$350), remédios da farmácia (5.690\$156), o valor financeiro dos livros perde sua

importância, sendo, no caso do boticário, o item de menor valor. Embora ele tivesse investido em livros para o desempenho de sua profissão, tinha, ao morrer, um estoque de remédios cujo valor superava o dos livros em 297 vezes.

Alguns casos podem ser mais dramáticos. O funeral do Cirurgião Mor Joaquim José da Silva, em 1793, custou 8\$000 e o “aluguel do Caixaõ em que foy o Corpo para a Igreja quatro mil Reis”, de modo que se vendesse todos os seus livros, avaliados em 7\$020, não conseguiria sequer pagar o próprio enterro¹. No caso do comerciante Matias Alvares da Silva, os livros não seriam suficientes sequer para as esmolas, já que, em seu testamento, ele havia estipulado que, no dia de sua morte, “se distribuirá pelos pobre mendigos a q^{tia}. de trinta e dois mil rs, a cem reis a cada hum”, enquanto o valor total de seus livros montava a 25\$000.¹

Talvez pelo baixo custo da mercadoria que avaliam, os livreiros são os que menos ganham com seu trabalho. Enquanto os “avaliadores da prata” recebiam 7\$145 e os “avaliadores do ouro”, 4\$930, apenas \$300 foram pagos aos “avaliadores dos livros”, quantia insuficiente para que comprasse muitos dos livros que avaliou para realização do inventário do Capitão-Mor José dos Santos.¹

Financeiramente, portanto, os livros não deveriam ser objeto de muita preocupação, ao menos no caso das pessoas de posse, cujos bens de outra natureza superavam largamente o valor das obras impressas. A análise empreendida por Villalta dos inventários mineiros indica que “na média, os donos de bibliotecas eram mais aquinhoados que os demais inventariados”¹. Embora tenha localizado homens relativamente pobres em cujos inventários há livros, conclui pelo predomínio de endinheirados entre os proprietários de bibliotecas.

Assim, para as pessoas de posses, os impressos não tinham relevância no montante dos bens, mas para os menos aquinhoados pela fortuna, eles poderiam ser considerados caros. Se um livro custava em torno de 1\$000 por volume, era preciso ter uma renda razoável para poder constituir uma biblioteca. Um aprendiz de tipógrafo que, pelo seu ofício, deveria ter familiaridade com livros, não poderia adquiri-los com frequência, contando com um pagamento de \$160 réis diários. Mesmo depois de um ano de experiência junto aos prelos da Imprensa Régia, quando sua remuneração aumentava para \$400 réis, ainda era necessário trabalhar dois dias inteiros apenas para comprar um livro.¹ O *Almanach para o anno de MDCCXC*¹ trazia uma curiosa “Taboa do que se pode gastar por dia á proporção da renda, que annualmente cada Pessoa tem”, informando que alguém cuja renda anual fosse da ordem de 300:000 réis poderia despende :821

réis ao dia. Caso decidisse comprar um livro tão popular quanto “*Aventuras de Telemaco* traduzidas do Francez de M. Fénelon, pelo Capitão Manoel de Sousa, em 8. 2 vol. 1770”¹, gastaria \$800 réis, pouco lhe restando para comer naquele dia... Tendo em vista a renda mínima anual considerada pelo Almanaque (10:000) pode-se supor que não eram muitos os que podiam adquirir livros com regularidade – sobretudo no Brasil onde o trabalho escravo não gerava nenhuma renda para o trabalhador.

Talvez nem mesmo o bibliotecário da Real Biblioteca, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, pudesse gastar à larga com livros, contando com seu salário anual de 400\$000 réis, em 1811, que lhe permitia uma despesa diária de 1:095. Na mesma data, Silva Serva anunciava um “Compendio de Rhetorica 4.” por 1\$280¹.

Muito caros para os pobres e muito baratos para os ricos, a quem interessaria ou para quem seria possível manter livros em casa? Embora a nenhum dos inventariados tivesse ocorrido a idéia de constituir uma biblioteca composta exclusivamente de obras de Belas Letras, e muito menos uma coleção em que se encontrassem reunidos os livros de maior circulação no período, é possível vislumbrar um tal acervo e imaginar que perfil poderia ter seu virtual proprietário.

Uma pessoa que fosse comprando livros de Belas Letras entre 1791 e 1821 gastaria mais de 62\$000 réis para tornar-se proprietária de 28 livros escolhidos entre os preferidos. Para que seus gastos não superassem este valor, ela não poderia se importar em adquirir livros usados, como os exemplares de “Virgílios, uzados F” arrematados à herdeira de Ignácio da Silva Alvarenga por Manoel Joaquim da Silva Porto por 1\$600¹. Nem poderia se aborrecer com obras “truncadas”, como as “Selectas truncadas”, cujos volumes eram vendidos a \$480 réis cada por Silva Serva¹; para evitar o dissabor de ter um texto incompleto, seria necessário gastar 2\$400, por “seis Seletas Latinas”¹. O montante gasto variaria caso ela optasse por adquirir as obras encadernadas ou em brochura (decisão a ser tomada, por exemplo, na aquisição de *Marília de Dirceu* que, em 1810 custava 2\$400 réis ou 3\$200, dependendo da encadernação¹), assim como se escolhesse um ou outro formato (Silva Serva anunciou a venda de “Horacio 8. 3 vol. - 1920” e “Horacio 4. 2 vol – 2400” no mesmo Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva, em 1811).

Quanto mais a pessoa demorasse para comprar, mais caro pagaria – isto, por exemplo, aconteceria com o livro *Lances da Ventura*, anunciado por Silva Serva, em 1811, como “Lances da ventura 8. 6 vol. – 4000” e no *Jornal de Anúncios*, dez anos depois, como “Lances da Ventura,

6 volumes 6000”¹. Uma maneira de economizar na aquisição dos livros, seria comprá-los em segunda mão, por exemplo, de pessoas que os tivessem recebido como herança: assim seria possível poupar 3\$360 ao adquirir as *Fábulas de Lafontaine*, que, novas, custavam 4\$000 enquanto a “Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D^o. Manoel Ignacio da S^a. Alvarenga” as vendia por \$640.¹

Dentre os *best-sellers*, o de custo mais elevado era o *Viajante universal*, devido à enorme quantidade de volumes em que se dividia a obra. Sempre buscando a opção mais barata, era possível comprá-la em cinquenta e um volumes por 16\$000¹, mas neste caso era necessário contentar-se com exemplares “muito picados”. Para obter os livros em melhores condições, seria preciso despendar 30\$780, por uma edição em quarenta e oito volumes *in quarto*.¹ Por outro lado, era possível conseguir verdadeiras pechinchas como “Relegiam Poema de Racine - 1 vol - \$160”¹, “Les Nuits de yung - 4 vol - \$200”¹, “Collecção á morte de Bocage, broch. 8. – \$200”¹, ou ainda os sete volumes das “Viagens de Anacharsis in quarto” por 1\$280 réis.¹

Livros novos custavam mais caro, especialmente se fosse necessário recorrer a um livreiro carioca para obter os impressos em Portugal, pois, neste caso, seria necessário acrescentar 25% sobre o preço de capa. Ao menos era o que oferecia:

“Jeronimo Gonçalves Guimarães, com Loge de Livros e papel na rua do Sabão ao pé da Candellaria, desde o dia 4 do mez de Junho em diante põem á venda na mesma Loge de Livros das Impressões de Lisboa, Coimbra e Porto, unicamente com 25 por cento sobre os verdadeiros preços dos Catalogos das Impressões daquellas Cidades; bem entendido que só he este beneficio para os particulares, e não para os revender. O mesmo Guimarães se obriga a mandar vir de Lisboa os mais Livros que o publico precizar, e não tiver ao presente na sua Loge, que se não poderão demorar mais de 6 até 7 mezes, não só das Impressões de Portugal, como de outras quaesquer da Europa em qualquer lingua. Qualquer pessoa de fora da Cidade que precizar de alguma encomenda pode se dirigir ao mesmo Guimarães com as necessarias seguranças, acreditando que serão em tudo satisfeitos. O mesmo faz saber a qualquer pessoa que se lhe mostrar credor haja de apresentar-lhe suas contas para no espaço de 50 dias serem inteiramente satisfeitos.”¹

Conseguir livros no Rio de Janeiro era, afinal, mais trabalhoso do que caro. Requeria alguma paciência para esperar meio ano pelas encomendas feitas a Portugal, para garimpar espólios de herdeiros, para ocupar-se com requisições e pedidos de autorização, com contratação de procuradores. Superados alguns entraves, era possível ser proprietário dos livros mais apreciados empregando-se quantia ¹ próxima à que custava um escravo – em 1811, por exemplo, era possível comprar “h~u negro por 93\$600”¹. No ano seguinte, com o que se gastava para comprar uma “garrafa de vinho de Champagne” (2:500 r.^s)¹ era possível adquirir quatro livros em 8º como a *História de Carlos Magno*, anunciada por 640 réis¹.

Nem todo mundo tomava champagne ou tinha escravos, da mesma forma nem todos podiam comprar livros – objetos a que podiam ter acesso segmentos sociais com situação financeira confortável. Para estes, Villalta acredita que o livro “operava como ornamento”, como “signo de *status*”, já que sua posse era freqüentemente acompanhada de bens “passíveis de ostentação”.¹ No caso dos *best-sellers* de Belas Letras, entretanto, a situação complica-se. Em primeiro lugar, pois a maior parte deles custava comparativamente barato e era publicada em brochuras *in octavo* – de baixo custo e pouco vistosos, chamariam pouca atenção. Em segundo lugar, a maioria deles era composta por romances, textos didáticos e livros infantis, gêneros pouco valorizado no período e que não transmitiam ao seu proprietário a aura da erudição e do bom gosto. Assim, os livros de Belas Letras de maior circulação não constituíam nem pecúlio econômico nem pecúlio cultural. Havia poucas razões, portanto, para conservá-los, já que seria difícil *fazer bonito* exibindo uma biblioteca desta natureza.

NOTAS

¹ Professora do Departamento de Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP. Este trabalho é parte das pesquisas desenvolvidas junto ao Projeto Memória de Leitura financiado pelo CNPq e FAPESP.

¹ Resultados dessas pesquisas foram divulgados em “O Rei e o sujeito – considerações sobre a leitura no Brasil colonial” (*in Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces*, Revista Convergência Lusíada n° 17, Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 2000, pág. 189-201), “Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil colonial” (*in Leitura*,

História e História da Leitura, Campinas, Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000, pág 213 a 234).

¹ Considero os documentos produzidos pela e para os órgãos de censura portugueses no período compreendido entre 1768 e 1826. Em 1768, a Real Mesa Censória é instituída por ordem do Marquês de Pombal com vistas à unificação do sistema de censura anteriormente dividido entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Entre suas atribuições, constava o exame de livros em papéis em circulação entre Portugal e suas colônias. D. Maria I a substituiu pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, mantendo a determinação de controlar a impressão, venda e transporte de livros. Em 1794, é extinta a Real Mesa e suas atribuições são repartidas entre o Santo Ofício, a autoridade episcopal e o Desembargo do Paço sem que se modificasse, entretanto, a forma de controle à circulação dos livros. Com a transferência da corte para o Brasil, em 1808, institui-se, por Alvará Régio, a Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, destinada, entre outras atividades, a examinar os livros importados e os escritos submetidos à Impressão Régia. A extinção do Santo Ofício em Portugal (1821), fez com que a Secretaria da Censura do Desembargo do Paço de Lisboa passasse a se responsabilizar pela matéria até 1826, quando a independência do Brasil é reconhecida por Portugal.

¹ São 851 títulos de Belas Letras importados de Portugal após parecer favorável da censura lusitana e 1190 introduzidos no Brasil por meio da fiscalização exercida pela Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro.

¹ Livros de Belas Letras mais enviados ao Rio de Janeiro (1769-1822): *Aventuras de Telemaco*, Fénelon; *Selecta latina*, Pierre Chompré; *Historia de Gil Braz de Santilhana*, Le Sage; *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França*, anônimo; *As mil e uma noites*, Galland (trad); *Obras de Bocage*; *Lances da Ventura, acasos da desgraça e heroísmos da virtude*, Felix Moreno de Monroy y Ros; *O Feliz independente do mundo e da fortuna*, Teodoro de Almeida; *Carolina de Lichfield*, Isabelle de Montelieu; *Viajante Universal*, La Porte; *Noites de Young*, Edward Young; *Obras de Camões*; *Astucias subtilissimas de Bertoldo*, Giulio Cesare Croce; *Marília de Dirceu*, de Thomas Antonio Gonzaga; *D. Quixote de la Mancha*, Cervantes; *Horacio ad usum delphini*; *Marilia de Dirceo*, Thomas Antonio Gonzaga; *Viajante Universal* de Joseph de Laporte; *Ovidius ad usum delphini*; *Piolho viajante*, anônimo; *Rimas*, João Xavier de Matos; *Fabulas*, Esopo; *Thesouro de meninas*, Pauline de Montmorin, condessa de Beaumont; *Oeuvres*

de Racine; *Oeuvres* de Molière; *Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce*, Jean-Jacques Barthélemy; *Oeuvres* de Corneille.

¹ Sobre as formas de comercialização de livros no Brasil colonial ver o artigo de Lúcia Bastos Pereira Neves “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” (*Ler História*, n.23, Lisboa, 1992, pp 61-78) e meu texto “Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX” (CD-rom XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, GT Produção Editorial, Livro e Leitura, Recife, 1998).

¹ Dentre os vários trabalhos que tomam inventários como fonte de pesquisa, destaca-se o de Jorge de Souza Araújo, *Perfil do Leitor Colonial* (Ilhéus, Editus, Editora da UESC, 1999), pelo exaustivo levantamento e minuciosa pesquisa abrangendo todo o país desde o século XVI ao XIX. Os inventários consultados no Arquivo Nacional foram localizados a partir do levantamento feito por Jorge S. Araújo, a quem agradeço.

¹ Cirurgião mor Francisco Manoel Ferrão, 1805 (AN, Inventários, cx 1126, n.9329)

¹ Antonio Pereira Ferreira, 1798 (AN, Inventários, maço 434, n 8381)

¹ Matias Alvares da Silva, 1800 (AN, Inventários, maço 308, n.5628)

¹ Responsável pela avaliação dos livros de Gonçalo José Muzi em 1790. (AN, maço 491, n. 9592)

¹ Responsável pela avaliação dos livros do Dr Manoel Antunes Suzano e sua mulher D. Antonia de Souza Matos em 1783 (AN, Inventários, cx. 3629 n. 22) e do Tenente coronel João da Costa Pinheiro em 1797 (AN, Inventários, maço 469 n.8966).

¹ Responsável pela avaliação dos livros de Maria Eugenia do Bonsucesso e de seu marido Cirurgião Mor Joaquim José da Silva em 1793 (AN, Inventários, maço 473 n. 9032).

¹ Avaliados em \$600 no inventário de Antonio Pereira Ferreira, 1798 (ANRJ, Inventários, maço 434, n 8381).

¹ Avaliados em \$ 120 no inventário do Capitão-Mor José dos Santos, 1793 (AN, Inventários, maço 473/9029)

¹ VILLALTA. Luiz Carlos. “Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa”, in *Leitura, História e História da Leitura*, Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2000, pág 190.

¹ www.unicamp.br/iel/memoria

¹ Era uma prática editorial comum a publicação de obras com muitos volumes. A biblioteca de D. Frei Domingos da Encarnação Ponteve, bispo de Mariana, possuía 412 títulos e 1066 volumes (*apud* VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e cultura”, In: *História da Vida Privada*, vol I, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.)

¹ www.unicamp.br/iel/memoria

¹ Os inventários conservados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro não contemplam os de religiosos. Jorge de Souza Araújo (*op. cit.*) examina os inventários conservados no Mosteiro de São Bento (R J).

¹ Dr Manoel Antunes Suzano e sua mulher D. Antonia de Souza Matos, 1783 (AN, Inventários, cx. 3629 n. 22)

¹ Maria Eugenia do Bonsucesso / Cirurgião Mor Joaquim José da Silva, 1793 (AN, Inventários, maço 473 n. 9032). Na primeira parte – relativa à D. Maria Eugênia – há vários bens arrolados, mas não livros. Na segunda parte – do marido – fazem-se complementos às partes já arroladas e acrescenta-se o item “Livros”.

¹ Tenente coronel João da Costa Pinheiro, 1797 (AN, Inventários, maço 469 n.8966)

¹ Antonio Martins Bandeira, 1821 (AN, Inventários, maço 100, n.1904)

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978.

¹ SILVA, *op cit* pág 214

¹ CHARTIER, Roger. *Lectures et Lecteurs dans la France d’Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1987, pág 167-168.

¹ Conselheiro José Joaquim Pereira Leite, 1835 (AN, Inventários, cx. 4171, n.2068).

¹ Dr Manoel Antunes Suzano e sua mulher D. Antonia de Souza Matos em 1783 (AN, Inventários, cx. 3629 n. 22)

¹ “Até 1942 unidade monetária era o *mil-réis* (1\$000), que se subdividia em milésimos (por exemplo: \$ 20 = vinte réis ou vintém; \$ 100 = cem réis ou tostão; \$ 500 = quinhentos réis, e assim por diante). Note-se que 1.000 mil réis era denominado *1 conto de réis*, que se escrevia 1.000\$000.” (PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*, 2ª ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.3)

¹ Antonio Pereira Ferreira, 1798 (AN, Inventários, maço 434, n 8381)

¹ Matias Alvares da Silva, 1800 (AN, Inventários, maço 308/5628)

¹ Matias Alvares da Silva, 1800 (AN, Inventários, maço 308/5628)

¹ Maria Eugenia do Bonsucesso / Cirurgião Mor Joaquim José da Silva, 1793 (AN, Inventários, maço 473 n. 9032)

¹ Matias Alvares da Silva, 1800 (AN, Inventários, maço 308/5628)

¹ Capitão-Mor José dos Santos, 1793 (AN, Inventários, maço 473/9029)

¹ VILLALTA, *op cit*, pág.194

¹ “A real officina typographica recebia aprendizes, que entravam ganhando cento e sessenta réis diários; no fim de seis mezes era elevado o salario a duzentos e quarenta réis, e no fim de um anno a quatrocentos réis; o aprendiz, que não dava nem uma falta na semana, tinha uma gratificação.” (AZEVEDO, Moreira de. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico, e Ethnographico do Brasil*, 4º trimestre de 1865, Tomo XXVIII, 2ª parte, pág 179)

¹ *Almanach para o anno de MDCCXC*, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias. Com licença da Real Meza da Comissaõ Geral sobre o Exame , e Censura dos Livros. E Privilegio de S. Magestade, pág 448.

¹ Catálogo da Livraria da Viúva Bertrand, 1791

¹ Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva em 1811. Disponível em www.unicamp.br/iel/memoria

¹ “Catalogo dos livros que comprei à Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D^{or}. Manoel Ignacio da S a. Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha à margem de cada huma das obras tiradas e conferidas com a original avaliação” – Manoel Joaquim da Silva Porto - 1815

¹ Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva em 1811.

¹ Testamento de Elias Antônio Lopes, 1815. *Apud* CUNHA, Rui Vieira da. “A Vida do Rio de Janeiro através dos testamentos: 1815-1822”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, vol 282, jan-mar 1969.

¹ “Os volumes – ‘elegantemente impressos’- foram anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro de 20 jun.1810 a 2.400 réis, mais tarde (1 dez.) o jornal ofereceria a obra encadernada por 3.200 réis” (*apud* CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, São Paulo, EDUPS / Livraria Kosmos Editora, 1993, 2. Vol.)

- ¹ *Jornal de Annuncios*, Rio de Janeiro, Typographia Regia, Nº 2. Typographia Real, 05/Maio de 1821.
- ¹ “Catalogo dos livros que comprei à Preta Joaquina, herdeira, e testamenteira do falecido D^or. Manoel Ignacio da S a. Alvarenga, com 10 por cento sobre a avaliação que se acha à margem de cada huma das obras tiradas e conferidas com a original avaliação” – Manoel Joaquim da Silva Porto - 1815
- ¹ 1829 Manoel de Souza Ribeiro Guimarães (AN, Inventários, maço 469, n 8949)
- ¹ 1818 João Cespedes Barboza (AN, Inventários, cx. 1118, n.8579)
- ¹ Catalogo ... 1815
- ¹ Catalogo ... 1815
- ¹ Catálogo ... 1811
- ¹ Antonio Martins Bandeira, 1821 (AN, Inventários, maço 100, n.1904)
- ¹ *Jornal de Annuncios*, Rio de Janeiro, Typographia Regia, Typographia Real, Numero 5, 1821.
- ¹ Considerando que as 28 obras para as quais foi possível localizar preço totalizam 62\$000 réis – os 41 *best-sellers* custariam em torno de 90\$000.
- ¹ *Anais da Bibiotecca Nacional - Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, vol 56, 1934.
- ¹ Marrocos, *op cit*
- ¹ Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva em 1811
- ¹ VILLALTA, *op cit*, pág 201.